

## CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 05/2025

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de 2025, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC**, estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, senhora **ELENICE APARECIDA DE OLIVEIRA FORNARA**, inscrita no CPF nº (\*\*\*.513.939-\*\*) neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **O SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DE CAMPOS NOVOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.774.688/0051-14, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 326, bairro Nossa Senhora de Lourdes, no município de Campos Novos/SC, CEP 89620-000, neste ato representado por sua Gerente Executiva, **MARLA FRANCINE CUSTÓDIO**, inscrita no CPF sob o nº (\*\*\*.109.769-\*\*), adiante simplesmente **CONTRATADO**, firmam o presente contrato, devidamente autorizado pelo **Processo nº 12/2025, Dispensa de Licitação 03/2025**, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 01/04/2021, alterações posteriores e demais legislações pertinentes, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO CONTRATUAL

**1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS PARA MINISTRAR CURSO DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADO AO CURRÍCULO.**

**1.2.** Serão ministrados Cursos integrado ao currículo, em informática aplicada e otimização para o trabalho, eletricidade básica e mecânica básica, para alunos do 8º ano do ensino fundamental II e Curso de automação residencial básica, desenho 3d, educação financeira e qualidade vida, e criação de materiais educacionais criativos, para alunos do 9º ano do ensino fundamental II, da Escola de Ensino Fundamental Novos Campos.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A prestação do serviço ocorrerá da seguinte forma:

- a) Número de turmas: 02 turmas, sendo uma de 8º e uma de 9º ano do ensino fundamental II
- b) Será realizado 01 (um) encontro semanal, a ser realizado na sexta-feira;
- c) No horário das 07h45min às 11h45min, com carga total de 144 horas por turma;
- d) As aulas serão presenciais e realizadas no estabelecimento do SENAI em Campos Novos;
- e) Previsão de início das aulas em fevereiro/2025 e término previsto para dezembro/2025.

2.2. O prazo para início da execução será de até 15 (quinze) dias contados a partir da data de assinatura do contrato e emissão da solicitação de fornecimento.

2.3. Módulos Ofertados:

*I - Informática Aplicada a Otimização do Trabalho – 72 horas aula, com conteúdo conforme abaixo:*

- a. Conceitos básicos de informática;
- b. Componentes dos computadores e suas finalidades;
- c. Sistema Operacional;
- d. Editores de texto;
- e. Planilhas eletrônicas;
- f. Softwares de apresentação;
- g. Internet com ênfase nas ferramentas Google.

*II - Eletricidade Básica – 36 horas aula, com conteúdo conforme abaixo:*

- a. Eletricidade básica;
- b. Grandezas elétricas;
- c. Circuitos elétricos básicos;
- d. Corrente contínua e alternada;
- e. Instalações elétricas residenciais.

*III - Mecânica Básica – 36 horas aula, com o conteúdo conforme abaixo:*

- a. Operações de ajustagem;
- b. Corte utilizando ferramentas manuais;
- c. Furação, dobra, limagem, traçagem;
- d. Instrumentos de medição.

*IV - Automação Residencial Básica – 36 horas aula, com conteúdo conforme abaixo*

- a. Interruptores, iluminação e tomadas;
- b. Botoeira;
- c. Sirenes;
- d. Sensor de presença para acionamento de iluminação;
- e. Acionamento de motores de pequeno porte;
- f. Receptor para controle remoto;
- g. Interruptores e tomadas inteligentes controladas por Wifi;
- h. Programador horário.

*V – Desenho 3D - 36 horas aula, com conteúdo conforme abaixo*

- a. Comandos de desenho em software 3D;
- b. Interface de usuário;
- c. Extrusão/Corte;
- d. Revolução;
- e. Raios/Chanfros.
- f. Impressão 3D:
- b. Fundamentos;
- c. Materiais;
- d. Aplicação;
- e. Prática de impressão.

*VI - Educação Financeira e Qualidade de Vida - 36 horas aula, com conteúdo conforme abaixo:*

- a. Capitalização e taxas;
- b. Séries de Pagamentos e descontos;
- c. Atualização Monetária;
- d. Sistemas de Amortização;
- e. Orçamentos e finanças domésticas;
- f. Planejamento e gerenciamento financeiro pessoal;
- g. Demonstrações financeiras

*VII - Criação de Materiais Educacionais Criativos - 36 horas aula, com conteúdo conforme abaixo:*

- a. Conceitos básicos de informática;
- b. Criação de materiais visuais;
- c. Aplicativos educacionais para melhoria do desempenho escolar;
- d. Técnicas e edição de fotografias;
- e. Aplicativos para edição de vídeo

### **CLAUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO**

- 3.1. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente logo após a conclusão dos serviços, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo apostado na nota fiscal, firmado pelo fiscal do contrato.
- 3.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.
- 3.3. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, o contratado deverá refazê-los no prazo estabelecido pela Administração, observando as condições estabelecidas para a prestação.
- 3.4. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

3.5. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

3.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA QUANTIDADE ESTIMADA E VALORES

4.1. Os quantitativos a serem contratados constam na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL R\$
1	CURSOS MINISTRADOS AOS ALUNOS DE 8º ANO, INICIAÇÃO PROFISSIONAL, INTEGRADO AO CURRÍCULO, EM INFORMÁTICA APLICADA A OTIMIZAÇÃO DO TRABALHO, ELETRICIDADE BÁSICA E MECÂNICA BÁSICA .	11,0	mês	3.665,45	40.319,95
2	CURSOS MINISTRADOS AOS ALUNOS DE 9º ANO, INICIAÇÃO PROFISSIONAL, INTEGRADO AO CURRÍCULO, EM AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL BÁSICA, DESENHO 3D, EDUCAÇÃO FINANCEIRA E QUALIDADE DE VIDA E CRIAÇÃO DE MATERIAIS EDUCACIONAIS CRIATIVOS.	11,0	mês	3.665,45	40.319,95
<b>Valor Total R\$ 80.639,90 (oitenta mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa centavos)</b>					

4.2. O valor total de despesas estimado para a contratação é de **80.639,90 (oitenta mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa centavos)**

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O valor contratado será pago em 11 (onze) parcelas mensais.

- 5.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega do objeto ou da prestação de serviço, mediante apresentação da nota fiscal;
- 5.3. Caso o objeto seja recusado por estar em desacordo com as especificações, o prazo para pagamento será contado a partir da data de substituição ou adequação do bem e/ou serviço;
- 5.4. A conta corrente deverá estar em nome da CONTRATADA.
- 5.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.

#### **CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 6.1. A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária:

<b>Orgão</b>	Departamento de Ensino Fundamental	
<b>Programa</b>	Educação	
<b>Ação</b>	Manutenção do Departamento de Ensino Fundamental	
<b>Desdobramento</b>	39.52	
<b>Despesa</b>	63	3.3.93.00.00 / 1.500.1001.0001

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

- 7.1. O prazo de vigência do presente instrumento será **até 31 de dezembro de 2025**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal 14.133/21.
- 7.2. Eventuais alterações contratuais obedecerão ao disposto na Minuta Contratual e no artigo 124 e da Lei Federal nº 14.1333/2021.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

- 8.1. Os preços praticados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado.

8.2. Decorridos 12 (doze) meses do orçamento estimado, o valor contratado será reajustado, caso necessário, mediante a aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro que venha a substituí-lo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. O pedido de reajuste deverá ser pleiteado até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente.

8.5. A concessão do reajuste será formalizada por despacho da autoridade competente e registrada no contrato por termo aditivo.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **9.1. Constituem obrigações da CONTRATADA**

- a. Após a convocação, realizar a assinatura do contrato no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções previstas;
- b. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- c. Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avançadas;
- d. Entregar o (s) objeto (s) de acordo com as especificações exigidas no Edital, na forma, nos locais e dentro do prazo determinado;
- e. Manter, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, que incidem na execução do objeto;
- g. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto que vier a ser recusado em razão de vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais e produtos nela empregados;

- h. Indicar, por escrito, o nome, o telefone e o e-mail do preposto que será responsável por realizar e receber as comunicações do fiscal e/ou gestor do contrato;
- i. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto;
- j. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes do fornecimento do objeto;
- k. Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho para a efetiva liberação dos materiais e produtos solicitados;

#### 9.2. **Constituem obrigações da CONTRATANTE**

- a. Designar servidor para exercer a função de fiscalização e acompanhamento da execução da ata de registro de preços e/ou contrato;
  - a. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - b. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - c. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - d. Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital;
  - e. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho e comunicar à contratada para que efetue a entrega do bem ou prestação do serviço;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO**

10.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 9.386/2023, que “Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação de agentes públicos no desempenho de atividades de

agente de contratação, membro de comissão de contratação, equipe de apoio, gestor e fiscal do contrato no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional”.

10.2. As comunicações serão realizadas pelo fiscal ou gestor do contrato ao preposto indicado pela contratada.

10.3. Para exercer as funções de acompanhamento deste contrato, fica nomeada a servidora MAIRI SUZANA RIBEIRO, para a função de FISCAL, conforme atribuições previstas no Decreto Municipal nº 9.386/2023.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

11.1. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente e da faculdade de rescisão contratual, o Município poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à Contratada, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previstos no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

**I. Advertência**, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**II. Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

1º) **1% (um por cento)** do valor do contrato ou solicitação de fornecimento por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

2º) **15% (quinze por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

3º) **20% (vinte por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

4º) **30% (trinta por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

a. dar causa à inexecução total do contrato;

b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**III. Impedimento de licitar e contratar**, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos Novos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 11.2. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais sanções.
- 11.3. As sanções de advertência e inidoneidade não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas e/ou com a Cláusula Penal no caso de rescisão.
- 11.4. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;
- 11.5. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A aplicação das sanções impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.8. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 11.9. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 11.10. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC) e encaminhado ao Controle Interno do Município para adoção das providências cabíveis.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso, de reforma de edifício, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

12.3. Os valores deste contrato poderão ser revisados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, devendo nesse caso a CONTRATADA protocolizar o pedido de reequilíbrio nos termos do edital.

12.3.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa.

12.4. A extinção do contrato poderá ser:

12.4.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

12.4.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, desde que haja interesse da Administração;

12.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.

12.7. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.8. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

13.1. A presente contratação vincula-se ao Processo nº 12/2025 Dispensa de Licitação nº 03/2025.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

14.1. Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 14.133/21 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

14.3. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, a proposta da CONTRATADA e o Edital com seus anexos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1. As partes se obrigam, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato e seus anexos, e elegem o Foro da sede da CONTRATANTE, para a solução de questões decorrentes deste instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo, assinado de forma eletrônica, de acordo com a Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, para que produzam os devidos efeitos.



MUNICÍPIO DE  
CAMPOS NOVOS  
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323  
Centro - 89620.000 - Santa Catarina

Campos Novos/SC, 28 de janeiro de 2025.

---

**MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC**  
**CNPJ Nº 82.939.232/0001-74**  
**ELENICE APARECIDA DE OLIVEIRA FORNARA**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTRATANTE**

---

**SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM IND. DE CAMPOS NOVOS**  
**CNPJ Nº 03.774.688/0051-14**  
**MARLA FRANCINE CUSTÓDIO**  
**GERENTE EXECUTIVA**  
**CONTRATADO**

Testemunhas:

1º: \_\_\_\_\_

2º: \_\_\_\_\_